

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA FORMAÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

Elaine Cristina Barros Ropelato ¹
Leziany Silveira Daniel ²

RESUMO

Este trabalho teve como foco realizar uma análise das discussões acerca do tema “Políticas Educacionais para a formação de professores alfabetizadores e os desafios da alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental” a partir de uma revisão de literatura na base de dados SciElo realizada no ano de 2024. A revisão de literatura se configurou como sistemática e integrativa descrita por Botelho, Cunha e Macedo (2011) e Cardoso, Alarcão e Celorico (2010). A partir desse estudo identificou-se que as políticas públicas educacionais voltadas para a alfabetização passaram por abruptas reformulações nos últimos anos. Com a análise dos dados considerou-se que no recorte temporal delimitado, entre os anos de 2020 a 2024, as pesquisas sobre as políticas públicas estavam majoritariamente debruçadas na análise e investigação sobre o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) e seus desdobramentos. A presente análise se fez importante para compreender e considerar as relações de proximidade e distanciamento entre as políticas do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o PNA e como estas podem interferir nas políticas educacionais voltadas para a formação de professores alfabetizadores em curso, principalmente nos contextos pandêmico e pós-pandêmico. Também identificou-se nos artigos analisados reiteradas críticas ao PNA devido ao enfoque da reintrodução do método fônico como metodologia de ensino de alfabetização, negando aspectos relacionados ao letramento. Embora essa política não tenha se efetivado, deixou questões que precisam continuar sendo problematizadas e exploradas pelos pesquisadores em suas pesquisas e discutidas com os professores alfabetizadores em formação inicial e continuada.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Alfabetização e Letramento, Formação Inicial e Continuada do professor alfabetizador.

INTRODUÇÃO

Este trabalho consistiu no levantamento de dados produzidos em pesquisas anteriores a cerca do tema “Políticas Educacionais para a formação de professores alfabetizadores e os desafios da alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental” e faz parte de uma das etapas projeto de pesquisa em desenvolvimento³, através de uma revisão sistemática e integrativa de literatura realizada na Base de dados da SciElo considerando o recorte temporal entre 2020 e 2024.

Este procedimento de pesquisa foi escolhido “por possibilitar a síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado” (Botelho, Cunha e Macedo,

¹ Mestrando do Curso de Mestrado Profissional – PPGE-TPEN da Universidade Federal-PR, elaine.ropelato@ufpr.br;

² Professora Orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal - PR, lezianydanieldaniel@gmail.com

³ Ropelato; E. C. B, Daniel, L. S. **Políticas Educacionais para a formação de professores alfabetizadores e os desafios da alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Curitiba: PPGE-TPEN-UFPR (em elaboração)



2011, 128). O Objetivo geral desta pesquisa é reconhecer os impactos das políticas educacionais para a alfabetização, entendendo quais são as relações estabelecidas nos processos formativos dos professores alfabetizadores e os principais desafios da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental elencados em investigações anteriores.

A revisão sistemática e integrativa foi realizada com base nos referenciais teóricos descritos por Botelho, Cunha e Macedo (2011) e Cardoso, Alarcão e Celorico (2010). Para tanto esta revisão de literatura orientou-se pelas seguintes etapas: identificação do tema, problema, objetivos e formulação dos descritores; delimitação dos critérios de inclusão e de exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; categorização dos dados; análise e interpretação dos resultados e apresentação da síntese de conhecimento (Botelho, Cunha e Macedo, 2011, p. 29).

Com a revisão de literatura realizada na base de dados SciELO, foram encontrados cinquenta e oito produções, publicadas entre janeiro de 2020 a outubro de 2024, destas, foram desconsideradas vinte e seis produções duplicadas entre os descritores, considerando-se então a localização de trinta e duas produções. Posteriormente, a primeira seleção pela leitura de títulos, resumos e através dos critérios de inclusão e exclusão, foram escolhidas quinze produções para leitura completa. Após a leitura completa, catorze artigos foram selecionados para análise dos dados, os quais foram classificados por categorias, durante a análise de conteúdo, possibilitando o cruzamento das variáveis.

METODOLOGIA

A revisão de literatura realizada consistiu em uma revisão sistemática integrativa (Botelho, Cunha e Macedo, 2011). As sequências metodológicas para desenvolver a revisão de literatura, devem descrever os processos e etapas da revisão da literatura iniciados para esta pesquisa (Cardoso, Alarcão e Celorico, 2010) e (Botelho, Cunha e Macedo, 2011).

A base de dados escolhida para essa etapa da revisão sistemática e integrativa, foi a SciELO, a busca nessa base foi delimitada no recorte de temporalidade entre 2020 à 2024, a fim de refinar a pesquisa de revisão foram utilizados os seguintes descritores: Alfabetização e Letramento *AND* Leitura *AND* Escrita; Alfabetização *AND* Leitura *AND* Escrita *AND* PNAIC; Alfabetização *AND* Leitura *AND* Escrita *AND* Formação; Alfabetização *AND* Leitura *AND* Escrita *AND* Pandemia; o descritor Compromisso Nacional Criança Alfabetizada também foi utilizado, porém não obteve-se resultados na pesquisa, demonstrando ausência de trabalhos voltados à essa temática nessa base de pesquisa e recorte temporal, sendo desconsiderado.



Para a seleção dos artigos, os seguintes critérios de inclusão foram estabelecidos durante a revisão: Artigos que tratem da temática destacada, mais especificadamente, sendo considerados os estudos publicados entre janeiro de 2020 a outubro de 2024. E como critérios de exclusão foram determinados: investigações sem relevância ao tema de pesquisa; fora da temporalidade estabelecida; em outras línguas, inglês e espanhol e que não se relacionam com a temática pesquisada; artigos científicos que se distanciem muito da temática pesquisada focados prioritariamente em outras áreas ou modalidades de ensino e/ ou artigos duplicados nas pesquisas entre os descritores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os artigos de Souza e Borges (2023), Cerdas (2022), Albuquerque e Ferreira (2020) e Aragão e Moraes (2020) foi possível perceber que as pesquisas contextualizam algumas discussões acerca da temática relacionada à metodologia de ensino de alfabetização as quais ocorreram ao longo da história da educação brasileira e que evidenciam que estas assumiram diversos sentidos epistemológicos e didáticos ao longo de suas reformulações.

Nesse sentido os estudos apontam que as reformulações teóricas-metodológicas na área de alfabetização tiveram como fundo diferentes aspectos que projetaram a necessidade da reflexão crítica sobre os procedimentos de alfabetização adotados, dentre eles, citam discussões como: da universalização do ensino, das demandas sociais pela Revolução Industrial, das dificuldades de aprendizagem, da crítica em relação à qualidade do desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, da percepção da necessidade do uso de gêneros textuais condizentes com as realidades sociais, das demandas advindas com o Desenvolvimento Global, além das repercussões do desenvolvimento científico, o qual evidenciou os aspectos cognitivos no processo de ensino e aprendizagem, entre variadas outras. Estes cenários contribuíram para a compreensão do reconhecimento da transformação social e da necessidade de acompanhamento e adaptação dos procedimentos de ensino, bem como o reconhecimento da necessidade do desenvolvimento integral do educando, exigindo habilidades, o qual está além das habilidades de decodificação e codificação da escrita, enfatizadas no ensino tradicional.

Estes artigos também demonstram que as discussões sobre os procedimentos utilizados para alfabetizar durante o século XX predominantemente girou em torno do uso dos métodos sintéticos, analíticos e mistos, e a partir do final do século XX e início do século XXI se estendeu também para as discussões relacionadas às concepções teóricas, as quais na área da



alfabetização, sofreram importante influência do construtivismo, especialmente pelas contribuições dos trabalhos de Emília Ferreiro e de Ana Teberoski com o desenvolvimento da teoria da “Psicogênese da Escrita”, a qual influenciou consideravelmente as discussões teóricas-metodológicas de ensino a partir dos anos 1980 no Brasil.

Considerando os artigos de Oliveira-Mendes e Leite (2024), Nörnberg, Dias e Jäger (2023), Kappi e Mello (2024), Cerdas (2022), Souza e Borges (2023), Alcanfor (2023), Albuquerque e Ferreira (2020) e Aragão e Moraes (2020) foi possível constatar que estes estudos destacam que os métodos sintético e analítico para o ensino e alfabetização possuem base empírica, isto é, não reconhecem os processos cognitivos e nem tão pouco o desenvolvimento inicial de cada educando, sendo estes considerados como “tábula rasa”, os quais se apropriam do conhecimento pronto e sistematizado, dessa forma os professores são reconhecidos com centralidade, como transmissores do saber.

Dessa forma, estas pesquisas apontam que o método sintético parte do pressuposto de que para ler e escrever textos é necessário antes o desenvolvimento das habilidades de codificação e decodificação da escrita, sendo requisito mínimo para o contato com textos escritos. Considera um desenvolvimento crescente, isto é parte do menor para o maior, ou seja, possui maior enfoque no trabalho com as sílabas, letras, fonemas (unidades menores da língua) e na sequência a utilização de atividades mecânicas e repetitivas com o uso de pseudotextos expressados nas cartilhas de alfabetização, os quais reforçam os padrões silábicos estudados. Os aspectos de desenvolvimento motor e caligráficos também estavam reiteradamente enfatizados nesse método.

Estes estudos também diferenciam o método analítico, de modo que este se organiza através de um modelo de desenvolvimento decrescente, isto é, parte do maior para o menor, assim, partindo da análise de pseudotextos, frases e palavras. Os estudos analisados destacam que o uso deste método passou a relativizar os aspectos da decodificação e codificação da escrita, ficando em segundo plano no processo de alfabetização. Com isso, apontam que historicamente, em algumas abordagens de ensino o método misto foi adotado, na tentativa de suprir essa limitação.

Os artigos de Cerdas (2022) e Aragão e Moraes (2020) consideram que não houve, assim como ainda não há, consenso nas compreensões sobre o uso dos métodos para a alfabetização, deste modo, apontam a necessidade de estar sempre discutindo e analisando os embates teóricos metodológicos que se apresentam socialmente através das políticas educacionais.



A partir dos trabalhos de Oliveira-Mendes e Leite (2024), Kappi e Mello (2024), Cerdas (2022), Souza e Borges (2023), Albuquerque e Ferreira (2020) e Aragão e Moraes (2020) é possível perceber o reconhecimento da preocupação com a retomada do uso do método fônico, no Plano Nacional de Alfabetização (PNA), como metodologia única e exclusiva para a prática de alfabetização devido as limitações apresentadas, especialmente pelos aspectos empíricos, sendo métodos voltados a codificação e decodificação da escrita de modo mecânico, repetitivo, descontextualizado, os quais desconsideram as individualidades e potencialidades dos educandos, restringindo e limitando o desenvolvimento integral e holístico do educando. Segundo Oliveira-Mendes e Leite (2024, p. 11):

Trilhando um caminho catastrófico para a área de alfabetização em nosso país, a PNA assume, como estandarte salvacionista, a alfabetização ancorada na ciência cognitiva da leitura. Para isso, regressa aos antigos métodos, como o fônico, cometendo equívocos conceituais, epistemológicos quanto à ortografia, à escrita alfabética e à leitura.

As pesquisas de Aragão e Moraes (2020), Cerdas (2022) e Albuquerque e Ferreira, (2020) apresentam em seu conteúdo análises de resultados de pesquisas os quais demonstram a ineficiência do uso exclusivo do método fônico. Essas análises corroboram para evidenciar as contribuições de Magda Soares que desde de 1980, se dedica a investigar e problematizar essa temática. Segundo Aragão e Moraes (2020, p. 33)

Essa singular evidência sugere a adequação de avaliarmos, muito criteriosamente, os princípios e os efeitos daqueles “pacotes de alfabetização” baseados em “métodos fônicos”, que só sabem ensinar de modo padronizado, do Oiapoque ao Chuí, desrespeitando as formas de ensinar e de aprender dos alfabetizadores e dos alfabetizandos.

Com base nos estudos apresentados por Oliveira-Mendes e Leite (2024), Rangel (2024), Kappi e Mello (2024), Souza e Borges (2023), Nörnberg, Dias e Jäger (2023), Cerdas (2022), Moraes, Silva e Nascimento (2020), Albuquerque e Ferreira (2020), Monteiro e Martins (2020) e Aragão e Moraes (2020) percebeu-se que há um grande reconhecimento das teorias construtivistas de Emília Ferreiro e Ana Teberoski, as quais marcaram as discussões teóricas-metodológicas, tendo no Brasil, Magda Soares como uma dos principais pesquisadores dessa tendência de investigação, apresentando evidências, as quais mobilizam diversas pesquisas e embates teóricos e epistemológicos no cenário brasileiro.

Por tanto, estes artigos analisados, reconhecem que a alfabetização é considerada como um Sistema de Ensino Alfabética (SEA), sendo um sistema notacional. E expressam a necessidade do SEA, ser compreendido como um processo de desenvolvimento, em que o



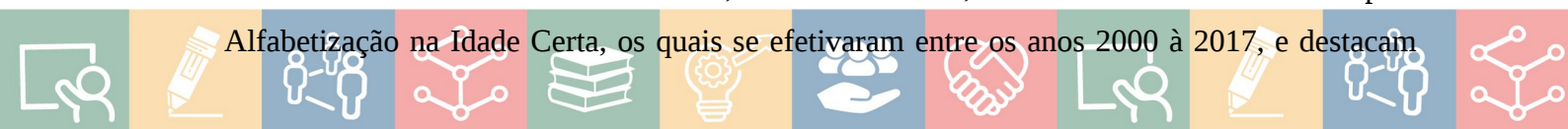
estudante a partir das reflexões realizadas, do estudo do gênero textual de uso social, compreende que a escrita nota sons da oralidade, desenvolvendo assim a consciência fonológica, construindo conhecimentos relacionados à alfabetização e letramento, concomitantemente.

Estas pesquisas destacam a importância da alfabetização e letramento, pois essa ação pedagógica, além de considerar o estudante como ator central e ativo do processo de ensino aprendizagem reconhece a importância dos gêneros textuais usados socialmente, do desenvolvimento da consciência fonológica, da construção de sentidos através da interação intertexto leitor. Além de defenderem as práticas contextualizadas, lúdicas, reflexivas, interativas que proporcionem o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita bem como do desenvolvimento integral do educando.

Os procedimentos teóricos-metodológicos acima apresentados, também se demonstraram em algumas dessas pesquisas através de uma análise das políticas educacionais e consequentemente como estas interferem, ou são interferidas, pelas mudanças curriculares e assim refletindo nos aspectos formativos dos professores alfabetizadores.

Oliveira-Mendes (2024) e Souza e Borges (2023) destacam que as políticas educacionais começaram a ser discutidas no Brasil a partir dos anos 1930 e estavam relacionadas às discussões referentes ao uso dos métodos de ensino (sintéticos, analíticos e /ou mistos). Os autores descrevem que esse período foi fortemente caracterizado pelo ensino aprendido por uso exclusivo das cartilhas de alfabetização. Estes estudos, também destacam que nos anos 1980 houve um grande movimento de reformas educacionais, entre eles a reformulação teórica-metodológica a partir do construtivismo e do socioconstrutivismo e pelas concepções de alfabetização e letramento. No entanto, pontuam que somente a partir dos anos 2000 a preocupação das políticas públicas referente à formação continuada do professor alfabetizador começaram a ganhar notoriedade. Destacam o programa formativo Pró-letramento, lançado em 2005, a Lei nº 11.274/2006 (a qual ampliou o Ensino Fundamental para nove anos e levantou a necessidade de investimento formativo ao profissional docente) e de modo mais específico pelo decreto nº 6.755/2009 o qual estabeleceu a “Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério.

Os artigos de Oliveira-Mendes (2024), Rangel (2024), Kappi e Mello (2024) e Souza e Borges (2023) também descrevem a análise de continuidade nas políticas educacionais formativas entre alguns programas, como: o Programa de Formação Continuada de Professores Alfabetizadores – PROFA; o Pró-letramento; o Pralor e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, os quais se efetivaram entre os anos 2000 à 2017, e destacam



que de modo geral estas políticas educacionais se configuravam pela perspectiva do construtivismo proposto pela “Teoria da Psicogênese da Escrita” de Emília Ferreiro e Ana Teberoski e pelas concepções da Alfabetização e Letramento de Magda Soares.

As pesquisas de Oliveira-Mendes e Leite (2024), Kappi e Mello (2024), Rangel (2024), Nörnberg, Dias e Jäger (2023), Cerdas (2022), Albuquerque e Ferreira (2020), Aragão e Moraes (2020), Moraes, Silva e Nascimento (2020) também destacam diferenças presentes entre o PNAIC e a Base Nacional Comum Curricular, homologada em 2017 através de sua terceira edição, destacando especialmente por esta estabelecer e reduzir a idade máxima para a alfabetização determinando o 2º ano do ensino Fundamental e de modo mais forte e recorrente destacam a ruptura e descontinuidade do PNAIC com o PNA o qual reinseriu de modo abruito e autoritário a metodologia fônica, caracterizando a retomada do uso do método sintético na alfabetização.

Os estudos de Oliveira-Mendes e Leite (2024), Kappi e Mello (2024), Rangel (2024), Nörnberg, Dias e Jäger (2023), Cerdas (2022), Albuquerque e Ferreira (2020), Aragão e Moraes (2020), Moraes, Silva e Nascimento (2020) evidenciam uma análise crítica quanto a avaliação da elaboração e implementação do PNA em 2019, principalmente pela ruptura teórico-metodológica estabelecida com a adoção do método fônico como proposta de garantir uma eficiente melhoria da qualidade de ensino. O PNA“(...) surge como uma iniciativa do MEC para implementar programas e ações voltadas à ‘promoção da alfabetização’ baseada em dois principais parâmetros: as ‘experiências exitosas’ e as ‘evidências científicas’” (Kappi e Mello, 2024, p. 2, grifos dos autores).

Vale ressaltar, que ao recusar os conhecimentos estabelecidos na área da alfabetização e letramento, o PNA extingue das políticas formativas todas as discussões e contribuições dos recentes estudiosos da área, desmoralizando a cientificidade das pesquisas educacionais, realizadas por inúmeros pesquisadores acadêmicos e estudiosos da área.

Estas pesquisas reiteram que ao ser promovida sem debate, se consolida como uma prática autoritária de controle e definição das práticas pedagógicas, negando o direito ao debate, o reconhecimento de boas práticas pedagógicas, da diversidade social, cultural e econômica, padronizando a prática educativa, desconsiderando as adversidades presentes no cotidiano das salas de aula e a individualidade do educando.

Além disso, o artigo de Oliveira, Mendes e Leite (2004) aponta que apesar da proposta dizer estar embasada pela preocupação da melhoria da qualidade educacional, percebeu-se conflitos políticos e instabilidade gerencial, expressando na grande rotatividade de representantes no Ministério de Educação (MEC). Tais situações demonstram a inabilidade e



o descaso com as pautas educacionais, evidenciando o caráter de ideológico e partidário no direcionamento e controle das políticas educacionais em prol dos interesses políticos.

Já a investigação de Kappi e Mello (2024) proporciona refletir sobre a qualidade dos procedimentos de alfabetização propostos nos materiais formativos do Tempo de Aprender, instituído pelo PNA. Nessa análise demonstram que as práticas expressadas não correspondem ao ideal qualitativo expressados na política educacional, focando apenas na repercussão de orientação aos professores de práticas mecânicas, de reprodução, repetição e sem reflexão ao uso social da língua, valorizando atividades de decodificação e codificação da escrita.

Os artigos de Oliveira-Mendes e Leite (2024), Kappi e Mello (2024), Rangel (2024), Nörnberg, Dias e Jäger (2023), Cerdas (2022), Albuquerque e Ferreira (2020), Aragão e Moraes (2020), Moraes, Silva e Nascimento (2020) também destacam que o PNA extinguiu o termo letramento e adotou a concepção de literacia, como pressuposto metodológico para garantia da alfabetização, desconsiderando as práticas contextualizadas, reflexivas, lúdicas e interativas entre o leitor o objeto de estudo da língua portuguesa, o gênero textual. As pesquisas enfatizam a utilização estratégica dessa nomenclatura, a fim de corroborar com o distanciamento dos referenciais teóricos-metodológicos relacionados às concepções de alfabetização e letramento e do desenvolvimento da construção da consciência fonológica defendida por estes, no qual “considerando isso, argumento que o sentido redutor de literacia defendido pelo PNA tenta sufocar a possibilidade de pensar currículo na diferença, no movimento de diferir, como adiamento de sentidos” (Rangel, 2024, p. 9)

Apesar de não ter sido o foco das discussões apresentadas nos estudos analisados, alguns dos textos reconhecem o contexto pandêmico de COVID-19 vivenciado entre os anos de 2020 a 2023 e corroboram a refletir alguns possíveis impactos deste nos reflexos educacionais.

O estudo de Fonseca, Teixeira e Carmona (2021) reflete uma análise da educação a distância realizado durante o ensino remoto, o qual abordava uma turma de alfabetização com uso das Tecnologias da Informação e Comunicações (TIC's). A investigação se baseou na política educacional estabelecida nesse contexto PNA, principalmente pelos conceitos da literacia familiar e do socioconstrutivismo de Vygotsky valorizando a importância da mediação no processo de desenvolvimento da alfabetização. Como conclusão os autores destacam a importância da participação da família durante esse processo, mas evidencia a impossibilidade da presença de um mediador qualificado que pudesse garantir e avaliar o processo de alfabetização.



Além dessa pesquisa, Cerdas (2022) também evidenciou a preocupação decorrente do afastamento social, especialmente do contexto educacional, situação a qual deve “aprofundar ainda mais o fosso entre as crianças mais ricas e as mais pobres da sociedade no que tange às suas condições de existência, com consequências à sua alfabetização, e aos índices de abandono e fracasso escolar no período pós-pandêmico” (Cerdas, 2022, p. 6).

Os artigos de Kappi e Mello (2024), Cerdas (2022) e Moraes, Silva e Nascimento (2020), de modo geral consideram como desafios na área da alfabetização os baixos índices de desenvolvimento, expressados nas avaliações externas, a falta de continuidades nas políticas educacionais, a falta de direcionamento dos currículos da educação infantil relacionados à atividades lúdicas, reflexivas e contextualizadas para o desenvolvimento da consciência fonológica, desde a educação infantil, as desigualdades sociais, a desvalorização da individualidade dos interesses e necessidades dos educandos, como pode ser reforçado por Cerdas (2020, p. 16-17):

Esses desafios não passam apenas pela permeabilidade das perspectivas teórico-metodológicas nas políticas educacionais, mas pela valorização do magistério, melhoria das condições salariais dos professores, do trabalho nas escolas e de mitigação da desigualdade de vida de nossas crianças e suas famílias. As realidades culturais e econômicas são diversas e desiguais, as crianças são únicas, singulares, e os processos de ensino-aprendizagem heterogêneos, sendo um contrassenso pensar que um único método possa atender a toda essa diversidade.

A investigação de Castro, Rodrigues e Costa (2023) aponta diversas contribuições de pesquisas longitudinais, as quais revelam que as dificuldades de alfabetização também se relacionam com aspectos sociais, definem como um dos maiores desafios o que expressam por stress tóxico, segundo eles estes podem ser gerado pela Pobreza, violência, abuso, negligência e fome. Destacam a necessidade de as políticas públicas promover o acesso e garantia da educação infantil, além de ações que visem a diminuição das dificuldades sociais e ressalta a importância da ação pedagógica dos professores principalmente no desenvolvimento das linguagens, do estímulo e contato com a escrita e leitura, desde a educação infantil, para atenuar as diferenças sociais e promover uma educação mais justa e que promova a equidade de ensino, percebendo a alfabetização como direito de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a revisão de literatura identificou-se que embora as pesquisas se distingam, em relação ao problema de pesquisa, objetivos, campo de pesquisa, metodologia e embasamento teórico, ao analisar o conteúdo de cada um destes, havia relações entre os



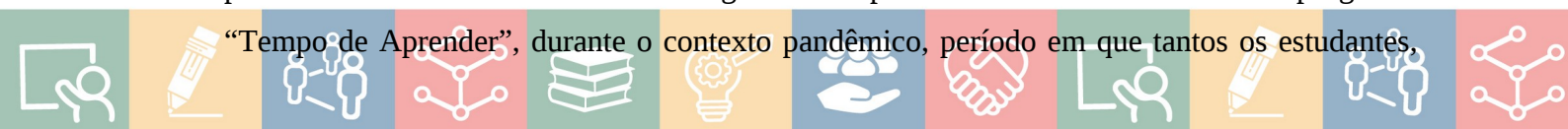
conteúdo dos artigos analisados as quais estão relacionadas às demandas contemporâneas de investigação, referente à alfabetização nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Identificou-se que as temáticas e problematizações dessas pesquisas relacionam-se em torno dos temas ligados às políticas educacionais e à organização do currículo e como estes contribuem ou interferem no contexto escolar. Demonstram também as interferências políticas na definição da educação. Discussões epistemológicas especialmente relacionadas ao uso exclusivo método fônico e a defesa da alfabetização e letramento e da crítica recorrente à política educacional expressada no PNA. Mostram a identificação dos retrocessos educacionais nas políticas educacionais dos últimos anos, dos desafios educacionais atuais, os quais vão além das práticas metodológicas utilizadas nas escolas, da análise dos motivos da propagação de uma específica cartilha de alfabetização e da relação de interesses políticos existentes nesse contexto. Além disso, também mostram a análise de uma prática de alfabetização no contexto pandêmico durante o ensino remoto e reconhecem a importância da educação infantil para a consolidação da alfabetização e redução dos desafios presenciados socialmente. Faz necessário considerar também que, durante esta pesquisa, não foi encontrado artigo publicados sobre a atual política educacional intitulada de Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, ainda em desenvolvimento.

Dessa forma, os artigos analisados corroboram para a reflexão crítica acerca das discussões epistemológicas e teóricas-metodológicas que são expressados nas Políticas Educacionais e nos currículos e como estes refletem nos programas de formação do professor alfabetizador. Assim contribuem na identificação dos possíveis desafios ocorrentes no processo de alfabetização, especialmente no atual contexto pós-pandêmico brasileiro.

Também foi possível identificar que as investigações estavam voltadas majoritariamente para na análise e investigação sobre o PNA e seus desdobramentos, mesmo que de maneira direta ou indireta. Constatou-se em grande parte dos artigos analisados críticas recorrentes à esta política educacional, desde a sua elaboração e homologação, a qual ocorreu de forma restrita, impositiva e autoritária, até a discussão epistemológica devida a reintrodução do método fônico como metodologia exclusiva para a alfabetização, refutando aspectos relacionados ao letramento, estabelecendo assim uma ruptura desta política educacional com anteriores, especialmente com o PNAIC, além da desvalorização e negação das contribuições de referências-teóricas realizados por importantes pesquisadores da área. Embora o PNA não tenha se efetivado completamente, o programa de formação continuada voltado aos professores alfabetizadores estava vigente nas plataformas online através do programa

“Tempo de Aprender”, durante o contexto pandêmico, período em que tantos os estudantes,



quanto os professores, estavam vivenciando o ensino remoto. Durante esse contexto o déficit da qualidade educacional da alfabetização foi acentuado e continua repercutindo nos baixos índices atuais.

Conclui-se que o tema investigado se demonstra relevante no atual contexto educacional reafirmando a necessidade de continuar investigando os reflexos e impactos das políticas públicas nas práticas educativas atuais, principalmente referente a atual política pública educacional “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” a qual substituiu o PNA, buscando compreender os impactos destas na melhoria da qualidade educacional relacionada a alfabetização e letramento nas séries iniciais. Avalia-se também que as rupturas nas políticas educacionais e os embates epistemológicos deixaram questões que precisam continuar sendo problematizadas e exploradas em investigações futuras.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. B; FERREIRA, A. T. B. Práticas de ensino da leitura e da escrita na educação infantil no Brasil e na França e os conhecimentos das crianças sobre a escrita alfabética. **Educação em Revista [online]**, v. 36, e159401, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/vjgNd9gstJFr6stzDmT4mRy/?lang=pt#> Acesso em: 21 jan. 2025.

ALCANFOR, L. R. Produção, circulação e método de leitura e escrita na cartilha da infância de Thomaz Galhardo. **Revista Brasileira de História da Educação [online]**, v. 23, e260, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/7dTSVp7Q8Mgtykh3xzL8Zmh/?lang=pt> Acesso em: 21 jan. 2025.

ARAGÃO, S. DE S. A.; MORAIS, A. G. DE. [Como crianças alfabetizadas com o método fônico resolvem tarefas que avaliam a consciência fonêmica?](#) **Educação em Revista [online]**, v. 36, e223345, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/rtrnBZNbGRHFNxL3Ww94SDK/?lang=pt> Acesso em: 24 jan. 2025.

BOTELHO, L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago., 2011. Disponível em: www.ges.face.ufmg.br Acesso em: 20 set. 2024.

CARDOSO, T.; ALARCÃO, I.; CELORICO, J. A. **Revisão da Literatura e Sistematização do Conhecimento**. Porto: Portugal LTDA, 2010.

CASTRO, F. M. ; RODRIGUES, A. S.; COSTA, F. L. P. Right to read: what we can learn from neurosciences to augment childhood and literacy policies. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, e37704, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/PgT3NPySMt9jsxHfvrBdVxD/?lang=en> Acesso em: 22 jan. 2025.



CERDAS, L. Alfabetizar é mais que ensinar um código: discurso e autoria no ensino da língua. **Educação e Pesquisa [online]**, v. 48, e240660, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Bmn5MC93tnDQKnPWwZ8Dg3k/?lang=pt#> Acesso em: 23 jan. 2025.

CRUZ, L.; CORSINO, P.; ANDRADE, L. T. de. Práticas docentes em tensionamento: produção de falsetes pedagógicos a partir das propostas curriculares de leitura e escrita da educação infantil e do ensino fundamental. In: Dossiê: Alfabetização e Currículo: entre a fixação de significados e as experimentações que criam fissuras e possibilitam outros modos de vida. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e93016, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/3p9SRTQmwTVBVpN58YXx96C/?lang=pt> Acesso em: 21 jan. 2025.

FONSECA, J. R DA, TEIXEIRA, L. R.; CARMONA, D. A. O socioconstrutivismo, a literacia e o trabalho com TIC's durante a pandemia de Coronavírus em 2020. **Texto Livre [online]**, v. 14, n. 2, e34333, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tl/a/rSmHrfbQs6kPytCjdVmH9kq/?lang=pt#> Acesso em: 23 jan. 2025.

KAPPI, R. G. A. de M.; MELLO, D. T. de. O Tempo de Aprender e o silenciamento do letramento no processo de alfabetização. In: DOSSIÊ: Alfabetização e Currículo: entre a fixação de significados e as experimentações que criam fissuras e possibilitam outros modos de vida. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e93010, 2024. Disponível em: <https://www.SciELO.br/j/er/a/hGhKNT9STgrFttrNmBHvVm/?lang=pt> Acesso em 03 out. 2024.

MORAIS, A. G. DE; SILVA, A. DA; NASCIMENTO, G. S. DO. Ensino da notação alfabética e práticas de leitura e escrita na educação infantil: uma análise das três versões da base nacional comum curricular. **Revista Brasileira de Educação [online]**, v. 25, e250018, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xN3QNBZWYxKpDWff35hBhMr/?lang=pt#> Acesso em: 24 jan. 2025.

MONTEIRO, S. M. ; MARTINS, M. A. Relação entre níveis conceituais de escrita e estratégias de reconhecimento de palavras. **Educação em Revista [online]**, v. 36, e159401, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/Kg7CL9ZGSc8YQfxqGsRNZGN/?lang=pt> Acesso em: 28 jan. 2025.

NÖRNBERG, M.; DIAS, M. C ; JÄGER, J. J. Leitura como interação do leitor com o texto: concepções e práticas nos cadernos do PNAIC. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 39, e37704, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ZdTqyGjf37yydWq3fLHjQJs/?lang=pt> Acesso em: 22 jan. 2025.

OLIVEIRA-MENDES, S. A. de; LEITE, C. Políticas curriculares no campo da alfabetização no Brasil: dos avanços teórico-epistemológico-didáticos ao apagão contemporâneo. In: Dossiê: Alfabetização e Currículo: entre a fixação de significados e as experimentações que criam fissuras e possibilitam outros modos de vida. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e93007, 2024. Disponível em: <https://www.SciELO.br/j/er/a/TdkFBP7wKgL3kF9bz7Vvyvy/?lang=pt> Acesso em: 27 jan. 2025.



RANGEL, A. M. [Letramento/s em políticas curriculares de alfabetização: sentidos em disputa](#). In: Dossiê: Alfabetização e Currículo: entre a fixação de significados e as experimentações que criam fissuras e possibilitam outros modos de vida. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e93106, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/GT77P4kTwLrPDYf3rRHTgjp/?lang=pt> Acesso em: 20 jan. 2025.

SOUZA, B. R. ; BORGES, V. Currículo: disputas pela estabilização de um conhecimento “necessário, válido e útil”. **Educar em Revista**, Curitiba, v.39, e85938, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/LkzwzbGr5v5NH8THrFyhZ8B/?lang=pt> Acesso em: 21 jan. 2025.

